



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013541-03.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque**
 Requerente: **Alexandra Carmelino Zatorre**
 Requerido: **Joao Paulo Menezes Rossit**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

O réu é revel
 Citado e intimado pessoalmente (fls. 23 e 30), ele não compareceu à audiência realizada e tampouco ofertou contestação (fl. 31), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Por outro lado, os documentos que instruíram a petição inicial respaldam as alegações da autora, seja quanto ao negócio de origem trazido à colação (fls. 11/16), seja quanto ao valor devido pelo réu (fls. 09/10).

Já a verificação dos danos morais sofridos pela autora deriva do constrangimento a que foi exposta a partir da desídia do réu, o que avulta pelas características da transação especificadas a fls. 05/06, não impugnadas pelo réu.

O valor da indenização, porém, não há de ser o postulado porque transpõe o excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em quatro mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 10.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2011 (data da emissão das cartões de fls. 09/10), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**